



## ARTIGO

# Processo de esvaziamento do currículo da Sociologia: novo ensino médio, neoliberalismo e livro didático

Carolina Rêgo<sup>1</sup>  
Geovana da Silva<sup>2</sup>  
Maria Luíza Menezes<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa referente à prática docente realizada entre dezembro de 2022 a abril de 2024, através do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), financiado pela CAPES. Esse Programa é destinado aos discentes de licenciatura, possibilitando, vivência na prática escolar. Nesse sentido, o artigo busca compreender os desafios do ensino da Sociologia e os seus processos de esvaziamento curricular, a partir do Novo Ensino Médio, tendo como campo de estudo a prática realizada no Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes em Salvador-BA. Assim, este artigo se desenvolve em duas etapas, a primeira pela investigação bibliográfica e teórica e a segunda pela análise da experiência empírica. Para tal, utiliza-se da pesquisa qualitativa e quantitativa, assim foram realizadas uma pesquisa etnográfica e uma análise da aplicação do questionário do perfil socioeconômico dos estudantes de nível médio. Como resultado, apresenta-se o processo de descontinuidade da Sociologia, com a reforma do ensino médio de 2017, redução da qualidade e carga horária do conteúdo e acirramento de desigualdades socioeconômicas como desafio à prática de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Sociologia. Novo Ensino Médio. Esvaziamento Curricular. Neoliberalismo

<sup>1</sup> Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* [carolmraes@gmail.com](mailto:carolmraes@gmail.com)

<sup>2</sup> Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* [silva.geovana@ufba.br](mailto:silva.geovana@ufba.br)

<sup>3</sup> Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* [maria.luizatoday@gmail.com](mailto:maria.luizatoday@gmail.com)

## **Process of emptying the sociology curriculum: new high school, neoliberalism, and textbook**

### **Abstract**

This article is the result of research regarding teaching practice through the Pedagogical Residency Program of the Federal University of Bahia (UFBA). This Program is aimed at undergraduate students, enabling experience in school practice. In this sense, the article seeks to understand the challenges of teaching Sociology and its processes of curricular emptying, starting from the New High School, having as a field of study the practice carried out at Colégio Estadual Manoel Novaes in Salvador-BA. Thus, this article is developed in two stages, the first through bibliographical and theoretical investigation and the second through the analysis of empirical experience. To this end, qualitative and quantitative research was used, so ethnographic research and an analysis of the application of the questionnaire on the socioeconomic profile of high school students were carried out. As a result, the process of discontinuity in Sociology is presented, with the 2017 secondary education reform.

**Keywords:** Sociology. New High School. Curriculum Emptying. Neoliberalism.

### **INTRODUÇÃO**

Esse artigo é resultado da pesquisa e da prática docente realizada entre novembro de 2022 a abril de 2024, por meio do Programa Residência Pedagógica (UFBA), financiado pela CAPES. Esse Programa é destinado às/aos estudantes de licenciatura, possibilitando a vivência na prática docente.

O projeto foi desenvolvido no Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, em Salvador, Bahia. Trata-se de uma escola localizada no centro da cidade de Salvador, encontra-se em um espaço elitizado - no bairro Canela, com mediação a vários espaços culturais, teatros, museus e universidades. A escola é composta por discentes oriundos de diversas localidades da cidade. O Colégio foi inaugurado em 1992, após ter a estrutura readaptada de um antigo pronto-socorro, desde lá houve interesse privado sobre a área, porém por muita luta de diversos setores – em especial os músicos – o Colégio foi inaugurado. Distinto de todos os outros, o Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes oferece curso de música integrado ao ensino médio. De acordo com Andreia de Andrade (2006) em “Práticas Teatrais no Ensino Médio: dez anos de oficinas de teatro no Colégio Manoel Novaes”, na sua inauguração o colégio contava com o ensino fundamental e médio com um currículo voltado para a

formação artística (teatro, dança, coral, artes plásticas e música), em três modalidades: regular, integrado e EJA.

O estabelecimento da Sociologia enquanto disciplina no ensino básico evoca a necessidade de entender o contexto do país, como demonstram Cristiano Bodart e Welkson Pires (2023). A consolidação ou ataques à disciplina são eventos intimamente vinculados às circunstâncias políticas em vigor. Tomemos, por exemplo, o momento de tentativas em relação a construção de processos democráticos no país que foram de extrema importância para que a Sociologia começasse sua consolidação enquanto componente curricular obrigatório no ensino médio, desse modo, a Sociologia ganha força com os processos de democratização no Brasil pós-1988 (Moraes, 2011). Embora essa disciplina seja marcada por processos de continuidade e descontinuidade historicamente, em 2008, torna-se obrigatória, após 66 anos sem a sua presença no que hoje é conhecido como Ensino Médio (Moraes, 2011).

Na conjuntura, com o avanço das reformas neoliberais desde o governo Temer (2016-2019), a disciplina de Sociologia e também várias ciências humanas sofreram ataques ideológicos, com Projetos de Lei a exemplo da “Escola Sem Partido” (2014) e o Novo Ensino Médio (2017), o primeiro retira a liberdade constitucional da escola de ensino-aprendizagem, o segundo, agride o Direito à Educação básica para todos, em ambos se pretendia retirar totalmente a Sociologia do currículo escolar, porém, houve resistência para sua permanência, sob um prisma diferente. Não mais a obrigatoriedade da disciplina, mas a obrigatoriedade do ensino de conceitos e noções sociológicas (Bodart; Feijó, 2020). Entretanto, em julho de 2024, foi feita uma reforma no Novo Ensino Médio, em que manteve a disciplina Sociologia, porém reduzindo significativamente sua carga horária (Brasil, 2024).

Nesse sentido, a prática do ensino de sociologia se dá, com a nova reforma do ensino médio, através de uma concepção instrumental e neoliberal (Silva, Alves Neto, 2020). Conforme Laval (2017), está em curso no sistema educacional um modelo escolar que considera a educação um bem privado, cujo valor é acima de tudo econômico, o qual encontra-se alinhado, segundo Bodart e Pires (2023) com um projeto político e social de ordem neoliberal e neoconservador. Logo, a nova reforma do ensino médio afeta a prática de ensino de sociologia, por meio da fragmentação e esvaziamento dos conteúdos, também, retirando a obrigatoriedade da disciplina substituindo-a por itinerários formativos e diminuição da carga horária deste componente curricular.

Diante de um contexto de consolidação neoliberal é de extrema necessidade refletir sobre a incumbência da disciplina na formação intelectual dos cidadãos brasileiros. Sendo esse um dos pontos de análise no exercício da prática docente de Sociologia no Programa Residência Pedagógica, em especial, como está se dando o ensino de Sociologia frente a realidade neoliberal, bem como, o esvaziamento do currículo da disciplina que se dá seja, pela ausência do uso dos livros didáticos ou do esvaziamento conceitual, reduzindo a Sociologia ao senso comum.

Para tal, foi aplicado uma metodologia qualitativa e quantitativa para levantamento e análises dos dados. No primeiro momento utilizou-se a pesquisa etnográfica, e no segundo momento, a análise de dados a partir da aplicação do questionário do perfil socioeconômico dos estudantes, também utilizaremos esses dados em conjunto a um levantamento bibliográfico sobre o tema.

## 1 **SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A disciplina Sociologia possui um papel central na formação de sujeitos críticos, sendo um dos alicerces para uma formação libertadora, uma vez que tem como fundamento principal estranhar e desnaturalizar a realidade social (Desterro, 2016). Entretanto, essa visão epistemológica da disciplina é contemporânea, pois desde seu surgimento enquanto disciplina de nível básico existiram diversos outros pilares epistemológicos que transpareciam o contexto sócio-histórico-político de determinado período, como demonstra Fernanda Feijó (2012) e Warniley Guelfi (2007).

A história da disciplina Sociologia no Brasil no ensino básico é marcada por idas e vindas quanto a oferta e qualidade do ensino, com poucos momentos de estabilidade, sendo o momento atual uma transição entre a estabilidade e a instabilidade. A primeira tentativa de inserção da disciplina deu-se em 1882, com Ruy Barbosa (Silva, 2010), antes da sua consolidação como ciência na França sob influência de Durkheim. Dessa forma, a Sociologia que primeiro foi importada ao Brasil era totalmente positivista, baseada nas ideias de Auguste Comte. Barbosa propôs uma grande reforma no sistema educacional que englobava artes, ciência, filosofia etc., entretanto, o intuito do jurista positivista era alicerçar a sociedade brasileira para o estado “positivo” teorizado por Comte, o estado mais avançado de uma sociedade, ou seja, eram um conjunto de práticas higienistas da cultura popular (Patto, 2007).

Nesse aspecto, Amurabi Oliveira (2013) explica que estava por trás a concepção epistemológica da modernização, baseada na ordem e no progresso, ou seja, transformações conservadoras que não alteram o status quo, apenas o modernizam. A tentativa da reforma escolar - e inserção da Sociologia - não foi bem-sucedida, havendo outras séries de tentativas de instaurá-la, em momentos de repressão política, o que demonstra o viés conservador que a disciplina pode ter (Oliveira, 2013).

Com isso, de acordo com Oliveira (2013), o surgimento do movimento escolanovista começou a haver defesas por uma Sociologia científicista. Simultaneamente, havia a defesa de uma disciplina católica, eminentemente conservadora, a qual advogava que não era possível compreender o mundo apenas com seus valores materiais, era preciso olhar o metafísico e a ordem divina no mundo. Esse embate mostrou-se sensível não só a Sociologia, mas a toda a educação nos anos 1920. Houve inúmeras discussões sobre uma educação laica ou católica, que foi amansada com panos quentes por Vargas ao declarar o ensino religioso como facultativo na educação básica (Silva, 2012). A Sociologia, entretanto, manteve-se fora dos cânones educacionais.

Sendo assim, o desenvolvimento da Sociologia no Brasil teve diversos vieses, passando por um embate entre concepções através dos manuais didático (Meucci, 2000). Segundo Gustavo Cravo Azevedo (2014), somente em 1930, com o surgimento de conhecimentos sociológicos brasileiros em conjunto com a formação em Ciências Sociais enquanto área de pesquisa sobre a formação da sociedade brasileira, o conhecimento sociológico tornou-se sistematizado.

Apesar de não ter se consolidado no ensino regular, houve o ensino de Sociologia, especificamente entre 1925 e 1942, entre as reformas de Pedro Vaz e de Capanema (Moraes, 2011). Em que levanta questionamentos sobre quem era a classe docente. Uma vez, ao ser incluída no ensino básico, não havia no país cursos superiores para formação de sociólogos, nem a habilitação para o ensino. Dessa forma, até meados dos anos 1930, quem ministrava as aulas de Sociologia eram principalmente advogados, médicos e militares (Moraes, 2011).

Entre 1933 e 1934 forma-se um campo de estudos e pesquisa sistemático dedicado às ciências sociais no nível superior, que leva à formação de professores e pesquisadores em Sociologia. Em 1933, por exemplo, é criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; já em 1934 funda-se a USP (Cigales, 2014). Ou seja, a Sociologia no país pretendia ser disciplina escolar, antes de ser ciência. Interessante notar, que mesmo após o surgimento de cursos que permitiram a formação de professores de Sociologia, esse caminho não era muito

seguido, pois essa trajetória era menosprezada pelos acadêmicos (Moraes, 2011), demonstrando uma tendência vista até hoje (Costa, 2015).

Nos anos 1980, abriu-se mais espaço para a Sociologia, porém sem a institucionalizar, iniciando um longo processo para tal (Moraes, 2011). O que havia era a obrigatoriedade de ensino de tópicos que circundam a disciplina. Assim, a Sociologia e seus conceitos ficaram dispersos no currículo. Tendência largamente criticada que parecia ter sido superada em 2008, com a lei da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. Entretanto, com a nova reforma neoliberal de 2017 e a BNCC, a tendência da “desdisciplinarização” retorna com força e simboliza um retrocesso nas pautas do ensino de Sociologia, como defendem Cristiano Bodart e Fernanda Feijó (2020), por dificultar o aprofundamento dos conceitos e discussões que permitem uma formação de sujeitos críticos.

É importante destacar os debates atuais sobre a lógica da disciplinarização criada na modernidade, há a defesa de que ela não abrange mais a complexidade do mundo atual, como defende Roberto Macedo (2013). Assim a interdisciplinaridade e a multirreferencialidade surgem como formas de proporcionar a superação dessas lógicas, explica o autor, baseando-se numa perspectiva crítica e valorativa de todos os conhecimentos formativos (Zitkoski, Lemes, 2015). Entretanto, a perspectiva da interdisciplinaridade presente no Novo Ensino Médio, não é essa: trata-se de uma visão tecnicista (Moura, Oliveira, 2020) e hierarquizante do currículo (Beltrão, Taffarel, Teixeira, 2020). Dessa forma, como defende Bodart e Feijó (2020), frente ao Novo Ensino Médio e da lógica neoliberal, que dificultam o aprofundamento dos conceitos e discussões que permitem uma formação de sujeitos críticos, torna-se imprescindível a defesa da disciplina Sociologia. Por assim ser, é sobre essa concepção de “interdisciplinaridade” que nos referimos no decorrer do artigo.

Por fim, é importante destacar a pluralidade do cenário educacional, pois a Sociologia passou por inúmeras idas e vindas no ensino básico regular, porém, nas escolas Normais - formação de professoras - seu caminho foi diferente. Na década de 1920, a disciplina foi incluída no currículo das principais escolas Normais, a de Pernambuco e a do Rio de Janeiro, consolidando-se, mantendo-se mesmo após a Reforma de Capanema (1942), que retirou Sociologia de todos os currículos (Meucci, 2007).

A sociologia sofre um processo de continuidade e descontinuidade na educação brasileira, tal fato se dá pela relevância política da disciplina, uma vez que a sociologia passa a vigorar a partir da LDB/9394, tendo como um dos seus objetivos formar cidadãos críticos e conscientes da sua realidade socioeconômica, cultural e política.

Segundo Bodart e Pires (2023, p.16) a Lei nº 11.684/2008 até o ano de 2017 possibilitou o desenvolvimento de um ensino de Sociologia crítico, levando à sala de aula temas até então tidos como tabus, tais como gênero, sexualidade, xenofobia, homofobia, racismo, religiões de matrizes não cristãs, patriarcalismo, dentre outros, sendo assim, ao trabalhar com esses temas a Sociologia confronta a status quo, mas também se propõe refletir e mobilizar ações de enfrentamento a tais dinâmicas sociais, políticas e culturais que estruturam a educação brasileira. Logo, a Sociologia é uma disciplina que repensa na sua própria dinâmica o currículo escolar. Logo, as ciências sociais e a filosofia se apresentam como um “problema” para um projeto político educacional dominante, neoliberal e elitista.

O papel da sociologia na formação dos estudantes no ensino básico e a atuação dos docentes deste componente curricular é historicamente questionado, por exemplo, a Sociologia, assim como a educação é um campo de disputas políticas que se aprofunda a partir do avanço de governos neoliberais. Conforme Bodart e Pires (2023), o período que emerge a Reforma do Ensino Médio em 2017, é caracterizado pelo avanço do neoliberalismo no Brasil e do fortalecimento de atores políticos conservadores e de extrema direita na máquina estatal, diante dessa realidade há, no campo da educação, a elaboração de políticas cada vez mais alinhada a uma educação acrítica, tais como o “Programa Future-se” que defende o empreendedorismo. Além disso, discursos que atrelam os professores de Sociologia a “doutrinadores”, “esquerdistas” e “militantes” são intensificados nesse contexto político e social, descaracterizando a função da Sociologia no ensino básico, logo

o estereótipo dos professores de Sociologia, como sendo marxistas doutrinadores, criado durante a ditadura civil-militar brasileira, vem sendo amplamente retomado pelos grupos reacionários, que se organizam em movimentos, como o “Escola Sem Partido”, e estimulam o controle e a vigilância da prática docente (Bodart e Pires, 2023, p. 18).

Nesse ínterim, há uma conjuntura política conservadora que atravessa o currículo educacional, o qual alimenta a desvalorização da sociologia, não reconhecendo-a como um componente curricular essencial para formação e desenvolvimento dos estudantes.

O livro “A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias” de Luiz Carlos de Freitas (2018) explica a realidade vivida nos últimos anos no Brasil, em que se

preza pelo caráter monetário do ensino, tornando a educação em um verdadeiro negócio. Assim,

O setor público vai sendo asfixiado enquanto a iniciativa privada se desenvolve utilizando o dinheiro público que deveria estar sendo aplicado na expansão da educação pública. A reforma empresarial da educação tem uma agenda oculta no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado (Freitas, 2018, p. 56).

Nessa lógica, que corresponde à “reforma empresarial da educação”, os/as professores/as têm menos autonomia e são obrigados/as a seguir estruturas pré-estabelecidas sem muitos espaços para questionamentos. Realidade que se reafirma nos últimos anos com o Novo Ensino Médio (2017) e o movimento Escola Sem Partido (ganhou notoriedade nacional em 2015, findando-se em 2019), que atacam diretamente as disciplinas de Ciências Humanas, sobretudo, a Sociologia.

Dessa forma, há uma pergunta que norteia a realidade da prática da sociologia nos tempos atuais: Como o Novo Ensino Médio com a Base Nacional Comum Curricular afeta a prática de ensino da sociologia? Para responder essa pergunta é preciso entender a relação do Novo Ensino Médio e o neoliberalismo. Posto isso, a reforma do ensino médio no Brasil foi aprovada no contexto de valorização dos interesses de mercado e de fortalecimento de tendências políticas autoritárias e conservadoras. Essa realidade tem como consequência um processo de descontinuidade do ensino de Sociologia, uma vez que

[...] por trás das regulamentações que definem saberes obrigatórios e prioritários, há uma investida ideológica dos segmentos políticos que defendem a implementação de uma agenda liberal. Tais regulamentações restringem o acesso a saberes considerados importantes para a formação humana e a consciência crítica, como a Sociologia e as demais ciências humanas e sociais, como também altera o sentido dado ao ato de educar no ensino médio para uma pedagogia de aplicabilidade imediata que prepara os estudantes para ocuparem postos no mercado de trabalho (Lopes, 2021, p. 29).

Segundo Laval (2017), o neoliberalismo tem como resultado um sistema educacional cada vez mais hierarquizado e desigual, pois na perspectiva do autor há um projeto político, econômico e social neoliberal de “mercadorização da escola pública” tal projeto tem ganhado força com avanço de governos de extrema direita na América Latina e no mundo.

Autores como Bodart (2020), Bodart e Rafaela Oliveira (2022) explicitam alguns desafios que a BNCC impõe ao ensino de Sociologia na educação básica com o Novo Ensino Médio, apresentando como resultado a fragmentação do currículo no ensino público, através

da flexibilização e da precarização desse nível de ensino – quanto negação do direito ao conhecimento historicamente acumulado para todos, através da hierarquização das áreas de conhecimento e homogeneização dos componentes curriculares, redução da carga horária destinada a formação comum, uma vez que com a inserção do NEM, o currículo é pensado pela BNCC, por itinerários formativos das e pelas áreas de conhecimento a serem definidos pelos sistemas de ensino. Ademais, conforme João Ferreira e Cláudio Santana (2018), a implementação dos itinerários formativos limita a elaboração de um plano de ensino de Sociologia que contemple as necessidades do ensino público, considerando, por exemplo, as questões de gênero, sexualidade, raça e classe.

A implementação de itinerários formativos no ensino médio provocará uma diminuição da diversidade de conhecimentos presentes nessa etapa escolar, reduzindo o acesso de alunos da rede pública a conteúdos fundamentais para sua formação integral e para o desenvolvimento da percepção crítica acerca das relações sociais (Ferreira; Santana, 2018, p. 41-53).

Nesse sentido, os itinerários formativos descaracterizam os componentes curriculares obrigatórios importantes nessa etapa escolar, por exemplo as disciplinas de humanidades, sobretudo, sociologia e filosofia, que são disciplinas colocadas à margem no processo formativo escolar, seja pela sociedade ou instituição escolar.

Em relação a BNCC e seus objetivos de aprendizagem, com a implementação dos itinerários de formação, disciplinas como sociologia, filosofia e artes tem sua carga horária reduzida, tal fato prejudica o processo de ensino-aprendizagem no ensino básico, especialmente, na rede pública que sofre com um processo de sucateamento por meio do esvaziamento dos conteúdos da Sociologia e em decorrência da desvalorização desta disciplina. De acordo com Ferreira e Santana (2018, p.46) “conforme a nova Lei, não há obrigatoriedade de oferta de todos os eixos formativos pelas escolas, ficando a cargo de cada instituição definir quais efetivamente serão oferecidos aos estudantes”.

Luís Lima (2023) explicita como a BNCC promove um esvaziamento dos conteúdos dos componentes curriculares obrigatórios na educação básica, valorizando habilidades e competências alinhadas como uma visão utilitarista, individualista e profissionalizante sobre os conhecimentos específicos das disciplinas, tal fato se aprofunda na disciplina de Sociologia. Assim, defende o autor, a BNCC é um projeto político neoliberal que promove a “mercadorização da escola”, onde essa é vista como uma empresa, fortalecendo um cenário socioeconômico marcado pela desigualdade.

Dessa maneira, a flexibilização que a BNCC faz parecer em relação ao ensino da educação básica, na verdade, esconde um engodo (Krawczyk; Ferretti, 2007) isso porque a escolha das disciplinas ou dos itinerários formativos seja a partir do interesse dos estudantes ou definida pelas escolas e sistemas educacionais tem como resultado o aprofundamento da desigualdade social, do processo de esvaziamento dos conteúdos, sobretudo em relação uso dos livros didáticos por área de conhecimento, promovendo a homogeneização das disciplinas e a marginalização das Ciências Sociais e Humanas. Também, apresenta-se os desafios em relação às condições materiais do ensino na rede pública, o sucateamento do ensino básico e a sobrecarga das atividades dos professores são apresentadas como problemáticas que se acentuam com o Novo Ensino Médio. Em acordo, Gaudêncio Frigotto (2022) afirma que, na verdade, o projeto vai aprofundar as já existentes desigualdades e dificuldades no ensino público.

Dito isso, foi realizado pelos estudantes de graduação em Ciências Sociais do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal da Bahia um questionário para traçar o perfil socioeconômico no Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, localizado na capital do estado da Bahia - Salvador. Com objetivo de entender a realidade socioeconômica dos estudantes da escola. Ele englobava tópicos quanto à estrutura da escola, vivências individuais, relação com a escola e com a educação, e o perfil das/os estudantes; composto por 29 perguntas sendo essas objetivas e discursivas, nas objetivas poderia escolher mais de uma opção.

Obteve-se 79 participações, realizando assim uma pesquisa quantitativa por amostragem. Conclui-se então que o Colégio é formado por um corpo discente negro, equiparado em gênero, oriundo de diversos bairros e com renda familiar até três salários-mínimos. Foi abordado sobre a percepção dos estudantes quanto a escola e a educação, um dos tópicos abordados foi “Que problemas você identifica no atual modelo do Ensino Médio?”, em que as duas opções mais selecionadas foram “excesso de disciplinas” e “carga horária mal distribuída” (ambas com 32,9%).

**Tabela 1** – Problemas do atual Ensino Médio indicados pelos estudantes do Colégio Manoel Novaes.

Problemas do Nono Ensino Médio	Porcentagem de escolha da alternativa em questão (79 respostas)
Excesso de disciplinas	32,9%
Falta de integração entre as disciplinas	17,7%
Sobrecarga de avaliação	19%

Carga horária mal distribuída	32,9%
Falta de material didático	26,6%
Abstenção	5,1%
Muita desorganização	1,3%
Nunca tem as 5 aulas	1,3%

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Dessa forma, pode-se analisar como o Novo Ensino Médio apresenta-se no Colégio. A distribuição de carga horária hierarquiza certos conhecimentos e disciplinas em detrimentos de outras, sendo a Sociologia um dos conhecimentos mais afetados. Outro ponto que requer maior análise é a sobre o excesso de disciplinas, uma vez que esse foi um dos argumentos a favor do NEM (Silva, Krawczyk, Calçada, 2023), entretanto, no decorrer da sua implementação no Colégio foi possível perceber como os itinerários formativos mantiveram esse excesso de disciplinas, pois eles assumiram caráter de disciplina, funcionando como tal. Dessa forma, por aumentar o número de horas anuais do Ensino Médio e permitir às escolas criarem seus currículos, houve um aumento de disciplinas.

A terceira opção mais marcada foi a “falta de materiais didáticos” (26,6%), demonstrando a importância e o valor que esses têm na formação dos estudantes (Santos, Ecar, 2023), e abrindo questionamentos sobre as consequências do não uso. Sendo esse o próximo tópico de debate.

### 3 **NOVO CURRÍCULO E O USO DO LIVRO DIDÁTICO**

O livro didático, objeto de extrema importância no processo de ensino aprendizagem, é um instrumento educacional que oferece suporte teórico ao professor e estudantes. É importante pontuar que o livro didático não é um instrumento neutro, ele contém uma visão de vários aspectos sociais e políticos de um contexto específico.

Ao tomarmos o livro didático como instrumento de mediação pedagógica, entre a produção de conhecimentos escolares, atuação dos professores, e as vivências dos educandos enquanto sujeitos sociais, é imprescindível que se busque compreendê-lo mais amplamente, como objeto historicamente situado (Lima, 2012, p. 144, apud Santos, Ecar, 2022, p. 9).

A produção de livros didáticos de Sociologia teve um início tímido na década de 1920, e foi em 1930 que sua produção teve uma grande expansão. Meucci (2007) explica que esse fenômeno se deu pela consolidação da Sociologia enquanto ciência no Brasil, nesse mesmo

período surgem os primeiros cursos superiores da disciplina, bem como são publicados os primeiros livros sociológicos – ou ensaístas, como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936) –, além do surgimento da indústria dos livros didáticos, que seguindo o ideal nacionalista da época, pretendiam nacionalizar os conhecimentos. Havia assim muitos livros didáticos que seguiam visões epistemológicas diferentes: “Era também relativamente heterogênea a perspectiva teórico-ideológica destes autores. Encontramos, pois, entre eles, integralistas, católicos conservadores, e reformistas educacionais da Escola Nova.” (Meucci, 2007, p. 41).

Todavia, nesses manuais não era abordado as teorias marxistas, não havendo nenhuma referência a elas. Simone Meucci (2007) pincela que esse fato está ligado aos setores intelectuais que estiveram por trás da institucionalização da disciplina, que não tinham as perspectivas comunistas e socialistas. É importante destacar que algumas obras de Marx ainda não tinham sido publicadas em português no período, como é o caso de *O Capital*, entretanto, já haviam sido publicadas em inglês e/ou francês - essa traduzida pelo próprio Marx (Musto, 2022) -, permitindo a possibilidade de a elite intelectual brasileira ter acesso aos conceitos. Enquanto algumas obras já haviam sido publicadas em português, *O Manifesto Comunista*, por exemplo, foi publicado em 1923 (Garcia, 2023).

Diante disso, entende-se que o manual didático foi organizado, redigido e publicado por pessoas imersas em um contexto cultural, político, ideológico, econômico e social. Enfim, ele entrega uma visão de mundo, assim, a visão presente nos manuais dos anos 1930-1940, como afirma Meucci (2007), é de uma elite ligada ao Estado. Em conjunto, o manual didático é um produto, assim, existe uma dimensão mercadológica, produz lucro e está em um contexto de tensões de interesses de grupos de grandes empresas.

É importante traçar as diferenças entre os manuais didáticos do início do século XX e dos livros didáticos atuais. Destaca-se o caráter não institucional dos manuais: enquanto os livros didáticos, para serem utilizados em escolas e em salas de aula, precisam ser revisados e aceitos pelo Estado, a partir do Programa Nacional de Livro e Material Didático (PNLD), os manuais eram escritos, publicados e utilizados de forma autônoma - não independente, havia muito apoio e financiamento editorial (Meucci, 2007). Outro fator que separa os dois momentos dos materiais didáticos é a área de formação da autoria. Em 1930 e 1940, são poucos os autores com formação em Ciências Sociais, Meucci (2007) afirma apenas dois autores, o restante possuía formações diversas: Ciência Jurídica, Direito, Medicina, Farmácia, dentre outras. Diferentemente, os livros didáticos advindos do PNLD eram específicos de

Sociologia e escritos por pessoas formadas e com experiência nas Ciências Sociais, se mantendo assim até a PNLD de 2021 (Bodart, Esteves, Tavares, 2021).

Em 2021, o livro didático passa a ser interdisciplinar, guiado pelo currículo do Novo Ensino Médio. Um dos principais aspectos curriculares é a agrupação das áreas do conhecimento, o objetivo é a interdisciplinaridade, dessa forma, os livros didáticos passam a focar também nessa integração, não sendo diferente no Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes. Valci Melo e Lavoisier dos Santos (2022) abordam como tal fato, tem como resultado o esvaziamento do conteúdo científico por diminuir os conhecimentos específicos, além de ter a diminuição de autoria com formação específica - principalmente na Filosofia e na Sociologia (Bodart, Esteves, Tavares, 2021). Dessa forma, desemboca nas concepções de Vasconcellos (1995), o autor chama de “tendência basista” de educação a valorização tamanha das experiências e da realidade das/os estudantes em detrimento do conhecimento científico.

Nesse aspecto, a partir de uma análise etnográfica no Colégio, utilizou-se a metodologia de observação participante a fim de identificar a relação do uso do livro didático e a disciplina de Sociologia, dessa forma, um fator evidente nas aulas observadas é que não há o uso de livros didáticos - nem como forma de traçar crítica a esses -, a professora traz textos e distribui com a turma para a utilização. Todavia, os textos são artigos de sites de grande circulação, pouco aprofundados, que trazem noções sobre os conteúdos, sem conceitualizá-los, além do modo como são abordados e discutidos, corroboram com essa tendência basista. Nossa intenção não é diminuir a importância da vivência das/os estudantes no processo de ensino-aprendizagem, e sim integrá-lo de forma dialética aos conhecimentos científicos (Vasconcellos, 1995).

Bodart (2022) afirma como o livro didático tornou-se o único meio de leitura sociológica para os estudantes, bem como um instrumento importante para o planejamento docente. Entretanto, através da observação participante no Colégio, percebeu-se que os professores não utilizam, os estudantes não cobram o uso no dia a dia. Sendo assim, essa prática de afirmação do livro didático como algo “obsoleto” no ensino tem algumas consequências como o não aprofundamento dos conteúdos, os estudantes não recorrem a fonte do livro didático, acabam usando somente a internet, muitas vezes não aprofundam sobre os teóricos e seus pensamentos, assim, existe uma superficialização do conhecimento sociológico, bem como o não incentivo da leitura crítica-social, processo importante na formação dos alunos.

Em suma, o incentivo à leitura muitas vezes não está presente na própria estrutura das instituições de ensino público, o Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, por exemplo, tem uma biblioteca desativada, sendo este um espaço central de incentivo à leitura. Dessa forma, esse instrumento educacional é de extrema importância pois sistematiza o conhecimento, onde está presente conceitos, enfim é um conhecimento formal e científico.

A ausência de livros didáticos, principalmente, no que tange a disciplina de Sociologia, corrobora para a presença de uma deslegitimação e falta de reconhecimento deste componente curricular obrigatório, onde contém seus conteúdos/conhecimentos fundamentais para formação educacional dos alunos, isso porque o livro didático também é uma ferramenta de legitimação de saber considerados necessários para formação política e social na educação básica brasileira. Haja vista que também propicia o esvaziamento curricular da Sociologia, afastando-se de uma formação crítica, agindo então a favor da elite dominante. Esse é um movimento observado a muito por estudiosos da educação, Vasconcellos (1995) aborda as consequências da educação basista, porém, como consequência do NEM e dos novos livros didáticos - sejam físicos ou digitais -, tem se intensificado.

Tal realidade é afirmada pelos estudantes no seu contexto escolar. Ao questionar “Na sua opinião, o que pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino na sua escola?”, uma quantidade significativa de estudantes (40,5%) assinalou a opção “uso do livro didático” e em conjunto “uso de apostilas” (26,6%). Percebe-se então que há um reconhecimento da importância de materiais didáticos pelos estudantes para suas formações.

**Tabela 2** – Alternativas que promoveriam melhor qualidade de ensino segundo os estudantes do Colégio Manoel Novaes Colégio Manoel Novaes

Alternativas que promoveriam melhor qualidade de ensino segundo os estudantes do Colégio Deputado Manoel Novaes	Porcentagem de escolha da alternativa em questão (79 respostas)
Uso do livro didático	40,5%
Uso de apostilas	26,6%
Participação da família nas atividades escolares	12,7%
Realizar passeios e visitas	63,3%
Promoção de atividades lúdicas	45,6%
Acompanhamento pedagógico	55,7%
Formação de grupos de estudo	44,3%
Assistência estudantil	69,6%
Uso de vídeos	1,3%
Transformar por meio da arte	1,3%
Abstenção	1,3%

Dinheiro	1,3%
----------	------

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Destaca-se que na vivência no Colégio pelas residentes, não foi visto o uso do livro didático, nem a solicitação do uso. É possível que isso se deu pela dificuldade de acesso aos livros didáticos, os estudantes só puderam ter acesso ao livro no final da primeira unidade, entretanto, não era algo incentivado e divulgado pela direção. É imprescindível analisar a opção mais votada, “assistência estudantil” (69,6%), isso demonstra a complexidade da educação, que vai além de uma relação puramente pedagógica, é preciso compreender a desigualdade social como um todo, e estabelecer condições de permanência no Ensino Médio, afirma Iza Cotrim-Guimarães, ao analisar a evasão de estudantes do Instituto Federal de Minas Gerais (2022).

Além disso, nos dados obtidos pelo perfil socioeconômico (realizado pelos residentes de sociologia) e na vivência no Colégio, como consequência direta do neoliberalismo na educação e da especulação imobiliária - a Escola está localizada em um bairro elitizado, em que é possível reconhecer processos que ocorreram com outra instituição de ensino básico estadual que teve suas atividades encerrada, o Colégio Estadual Odorico Tavares (Ramos, 2023) -, há o sentimento coletivo (estudantes e professores) de que o colégio irá fechar a qualquer momento – muito comentado na sala dos professores – assim, não há o desejo de promover projetos, dinamizar a vida estudantil, nem de ministrar aulas. É importante não colocar a/o docente como causa central para o fracasso escolar, é um conjunto de fatores sociais e políticos que propositalmente coloca a educação nesse lugar (Asbahr; Lopes, 2006). Porém, isso não significa tirar as responsabilidades que os docentes têm para com as/os estudantes.

#### 4 **O ESVAZIAMENTO CURRICULAR E A SOCIOLOGIA**

De acordo com Valter Giovedi (2012), a violência curricular se caracteriza por uma gama de processos que ocorrem dentro e fora da escola, fazendo com que os sujeitos os quais fazem parte do cotidiano escolar sejam vítimas e algozes ao mesmo tempo. Nesse aspecto, o esvaziamento curricular é o resultado do NEM, que detém uma perspectiva neoliberal de se pensar o espaço escolar, desse modo, o esvaziamento da Sociologia, enquanto componente curricular manifesta-se através da diminuição da sua carga horária, pela ausência de

professores formados em Ciências Sociais e pela volta da sociologia como tema transversal na BNCC ou pela ausência de livros didáticos da disciplina, como abordado anteriormente.

Sendo assim, essa é uma das formas que a violência se manifesta na realidade educacional brasileira nos tempos atuais, sendo o esvaziamento dos conteúdos da Sociologia uma das manifestações da violência curricular promovida pela BNCC, seguindo a cartilha do neoliberalismo, que mercantiliza a educação e individualiza os estudantes (Ferreira, Silva, 2023), isso porque com avanço de governos neoliberais e conservador a Sociologia se apresenta como ataque a um projeto político que busca promover uma “ordem” de manutenção do status quo, ou seja,

A insistência da reforma empresarial para que a escola se restrinja à ‘aprendizagem das disciplinas básicas’ é uma demanda de longa data do status quo, assustado com a possibilidade de que os processos de trabalho inevitavelmente baseados em maior uso de tecnologia, ao demandarem mais instrução, acabam por ‘educar demais a mão de obra’, levando-a a níveis de conscientização maiores que mobilizem e coloquem em xeque o próprio status quo (Freitas, 2018, p. 83).

Além disso, há uma problemática que incute a Sociologia a necessidade de se afirmar e reafirmar constantemente enquanto componente curricular obrigatório no ensino básico, que é a relação de aproximação que a Sociologia estabelece com o senso comum, que, por vezes, coloca o componente curricular como “desnecessário” ou impõe aos docentes de Sociologia, no ensino médio, como dispensáveis. Tal fato, faz com que esse componente curricular sofra um processo de incerteza sobre sua consolidação no ensino médio, ademais, sua continuidade ou consolidação se altera conforme os governos eleitos, ou seja, a Sociologia, assim como as demais disciplinas, detém no seu campo de conhecimento um projeto político que atravessa as disputas político-ideológicas, promovendo assim sua continuidade ou ruptura, conforme a agenda política do governo em vigor.

Dessa maneira, o objetivo de criticidade dado à disciplina, também é objetivo de todos os componentes curriculares obrigatórios, contudo, a Sociologia é responsável por propor pelo menos em termos teóricos pela força da LDB, aos estudantes uma análise crítica da sociedade, entenda “sociedade” como social, político e cultural. Com isso, conforme o que foi observado no Programa de Residência Pedagógica, principalmente no exercício de acompanhamento das aulas de Sociologia, a existência de uma aproximação dos conteúdos ao senso comum, em conjunto, com o esvaziamento conceitual sociológico nos livros didáticos ofertados pelo Estado, mostra-se insuficiente ao incentivo de exercícios de articulação do aporte teórico sociológico e a realidade social.

Assim, conceitos importantes e essenciais para o entendimento da Sociologia e suas implicações são reduzidos a noções básicas, importantes para um primeiro contato com o tema, porém, insuficientes para seu conhecimento. Dessa forma, a Sociologia é esvaziada, aproximando-se do senso comum, do conhecimento obtido em redes sociais. O que leva à legitimação de discursos que pregam pela desdisciplinarização, do Novo Ensino Médio, sob o argumento que noções sociológicas são o suficiente na educação, retirando a ciência, os conteúdos, mantendo o senso comum e as experiências individuais. Newton Duarte (2010) corrobora com essa linha, para ele, certas teorias pedagógicas resultam na supervalorização da experiência das/os estudantes sobre os conteúdos teóricos, e ao fazer tal, não proporciona bases teóricas para questionar o sistema, assim, mantém-no. De forma semelhante, argumenta bell hooks (2013) como a teoria e prática – as experiências vividas – são ligadas, e a valorização de uma sobre a outra apenas resulta em perdas, ela reconhece a teoria como “[...] uma prática social que pode ser libertadora.” (p. 94).

Dessa forma, o Novo Ensino Médio orienta a interdisciplinaridade na composição das áreas do conhecimento, todavia, faz isso de modo a fragmentar e homogeneizar os conteúdos dos componentes curriculares, contribuindo para a diluição das disciplinas específicas da base comum do currículo. Assim, essa realidade não atinge unicamente a Sociologia, mas em especial essa. Por possuir, na sua visão epistemológica atual, o postulado do estranhamento da realidade social, e por forte participação na formação de sujeitos críticos, algo não desejado pelo neoliberalismo, que preza pela “[...] formação da força de trabalho para a exploração do capital sob novas tecnologias de produção.”(Ferreira, Silva, 2023, p. 16). Dessa forma, a BNCC e o NEM, desdisciplinariza, desobriga e dilui os conteúdos e as ciências, assim

Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa.’ E é exatamente essa farsa que a BNCC propõe em termos curriculares a nível educativo nacional (Saviani, 2008, p. 65-66).

Isso é muito perceptível nos novos livros didáticos, que não são mais por disciplina, mas por área do conhecimento, havendo assim, livros de ciências humanas, que misturam geografia, história, sociologia e filosofia em 200 páginas, cada volume, não existindo a possibilidade de aprofundar em nenhuma disciplina. Essa subalternização das humanidades no contexto do ensino médio brasileiro é prejudicial ao ensino público de qualidade, pois compromete a aprendizagem crítico-reflexiva acerca do contexto social, econômico e político que o cerca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei da Reforma do Ensino Médio e a BNCC fazem parte de um contexto neoliberal na educação. Essa conjuntura marca mais um processo de descontinuidade da história da Sociologia na educação básica. A Reforma afeta a prática de ensino da matéria pelo esvaziamento de conteúdos, interdisciplinarização dos livros didáticos e uma pequena carga horária, como abordado.

Além disso, é importante pontuar a Reforma como autoritária pois a sua aprovação deu-se sem debates e consultas com os setores envolvidos, o Novo Ensino Médio foi aprovado em meio a uma onda neoliberal na política nacional, isso fica evidente com as outras reformas aprovadas em conjunto ao NEM, a Reforma da Previdência e Trabalhista.

Dessa forma, o conjunto de reformas irão aprofundar a já abissal desigualdade social no país, logo o Novo Ensino Médio segue essa lógica, por permitir que cada instituição de ensino ofereça um currículo específico, resultando assim em uma educação conceitualizada e construtivista para as elites, e uma educação dispersa, acrítica para as classes trabalhadoras, uma vez que fragmenta o currículo seja pelos itinerários formativos ou disciplinas eletivas, como também as dificuldades de implementação desse currículo nas escolas públicas, como explica e defende Paulo Hernandes (2019).

Assim, trata-se de uma proposta, que é embebida no neoliberalismo, visto que mantém a proposta da interdisciplinaridade - da hierarquização curricular (Beltrão, Taffarel, Teixeira, 2020) e da lógica tecnicista (Moura, Oliveira, 2020) - marcada nos livros didáticos por área e não por disciplina específica, tal fato resulta no esvaziamento conceitual das disciplinas - que amontoadas entre diversos saberes, são resumidas - em especial, a Sociologia, como foi observado no Colégio Manoel Novaes.

Conclui-se, portanto, que a partir da experiência da Residência Pedagógica no Colégio, foi possível aprofundar nossa análise sobre a forma como o esvaziamento da aprendizagem formal de Sociologia é/foi impactada com a Reforma do Ensino Médio de 2017. Com isso, durante a experiência na Residência Pedagógica, a vivência na sala de aula e a compreensão dos conhecimentos sociológicos permitiram questionar a quem serve o modelo educacional ou o currículo imposto pela Base Nacional Comum Curricular e quem são os estudantes mais afetados por esse projeto político educacional?

Nesse ínterim, não podemos esquecer da responsabilidade fundamental do Estado diante dos desafios no ensino, didática, aprendizagem e avaliação. Dessa forma, portanto, todo jovem é politicamente apático e desinteressado? ou há um processo de violência e sucateamento do ensino público que promove esse resultado? Logo, é imprescindível pensar as desigualdades sociais, econômicas e culturais as quais atravessam a concepção de ensino imersa nos projetos políticos pedagógicos, nas reformas políticas educacionais e no cotidiano da sala de aula, especialmente, no que tange o ensino da Sociologia, pois mais que uma disciplina a Sociologia/Ciências Sociais é uma ferramenta de análise do contexto escolar e curricular.

Ou seja, não são apenas questões “puramente pedagógicas” que resolverão a desigualdade educacional, pois essa é resultante da desigualdade social (Machado; Mueller, 2023). Não é a educação sozinha que acabará com a onda neoliberal, é uma política de Estado que envolve todas as esferas da vida em sociedade. Entretanto, a educação tem um papel importante nessa luta, já que ela é uma das mais atacadas, e tem seu papel na formação de sujeitos críticos. Diante disso, defende Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2015, p.31).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Andreia de. **Práticas Teatrais no Ensino Médio**: dez anos de oficinas de teatro no Colégio Manoel Novaes. 233f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Dança e Teatro, Salvador. 2006.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; LOPES, Juliana Silva. A culpa é sua. **Psicologia Usp**, v. 17, p. 53-73, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/sBqsxs9BN5SyKnWBPxDqRMt/?format=html>>. Acesso em 29 ago. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia no ensino médio**: uma trajetória político-institucional (1982-2008). 222f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói. 2014.

BELTRÃO, José Arlen; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; TEIXEIRA, David Romão. A educação física no Novo Ensino Médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, dez. 2020. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-26792020000700656&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792020000700656&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 25 ago. 2024.

BODART, Cristiano das Neves; ESTEVES, Thiago; TAVARES, Caio dos Santos. Os(as) autores(as) dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD-2021 e suas relações com a Sociologia Escolar. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5,

n. 2, p. 89–162, 2022. Disponível em <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/358>. Acesso em 29 ago. 2024.

BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. O ensino de Sociologia no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 17, n. 2, p. 1–37, 2023. DOI: 10.28998/lte.2023. n.2.16695. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/16695> . Acesso em 23 ago. 2024.

BODART, Cristiano; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194> . Acesso em 15 jan. 2024

BODART, Cristiano; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de. O lugar do ensino de Sociologia no novo currículo de Alagoas. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 48-78, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/390>. Acesso em 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. [S. l.], 31 jul. 2024.

CIGALES, Marcelo. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectivas de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista Café com Sociologia**, [S. l.], v.3, n.1, p. 49-67, 2014. Disponível em <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100/pdf> . Acesso em 05 jan. 2024.

COSTA, Leomir Souza. Formação de professores de ciências sociais/sociologia: subsídios para o debate. **Em Tese**, Santa Catarina, v. 12, n. 2, p. 187-203, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p187>. Acesso em 28 ago. 2024.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires et al. **Desigualdades sociais, evasão e permanência no ensino médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico**. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Minas Gerais. 2022.

DESTERRO, F. B. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. 272f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro. 2016.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, LM., DUARTE, N. (org). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FEIJÓ, Fernanda. Breve histórico do desenvolvimento do ensino de sociologia no Brasil. **Percursos**. Florianópolis, v. 13, n. 01, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508>. Acesso em 25 ago. 2024

FERREIRA, J. R. R.; SILVA, C. J. da. Novo ensino médio e projeto de vida: libertação ou adaptação?. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 20, n. 11, p. 5512–5531, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1976>. Acesso em 25 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio representa uma regressão e uma traição aos jovens e ao país. Entrevistador: **Instituto Humitas Unisinos**. 11 mar. de 2022.

GARCIA, Fernando. Manifesto Comunista: cem anos da primeira tradução brasileira e os “ecos” imediatos. **Portal Grabois**: Espaço do pensamento marxista e progressista. [S. l.], 13 dez. 2023. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/12/13/manifesto-comunista-cem-anos-da-primeira-traducao-brasileira-e-os-ecos-imediatos/#:~:text=A%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20do%20Manifesto,linhagem%20te%C3%B3rica%20avan%C3%A7ada%20no%20pa%C3%ADs> . Acesso em: 28 ago. 2024.

GIOVEDI, Valter Martins. **O currículo crítico-libertador como forma de resistência e de superação da violência curricular**. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo. 2012.

GUELFY, Warniley Pedroso. O Movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do colégio Pedro II. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, vol. 12, n.1, p.11- 30, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3385/2757>. Acesso em 25 ago. 2024.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação. Santa Maria**, Santa Maria, v. 44, e34731, 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S19844442019000100057&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19844442019000100057&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 29 ago. 2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

KRAWCZYK, N; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdade da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017. Disponível em <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>>. Acesso em 26 ago. 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2017.

LIMA, Luís G de. O extermínio epistemológico e os perigos do conceito de mínimo curricular no esvaziamento de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular: uma proposta de superação. **Revista Amazônica**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/11894> . Acesso em 25 jan. 2024.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des) continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**: RCS, v. 52, n. 1, p. 245-282, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/59993>. Acesso em 29 ago. 2024.

MACEDO, Roberto. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MACHADO, Damila; MUELLER, Rafael Rodrigo. A base nacional comum curricular e o novo ensino médio: naturalizando desigualdades. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/8147>. Acesso em 29 ago. 2024.

MELO, Valci; SANTOS, Lavoisier dos. A (in)adequação da formação acadêmica dos autores das obras do objeto 1 do PNL D 2021 aos componentes curriculares do Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 163–189, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/360>. Acesso em 29 ago. 2024.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da Sociologia no Brasil**: primeiros manuais e cursos. 122f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2000.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3386> Acesso em 25 ago. 2024.

MORAES, Amaury César. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002290325>. Acesso em 16 jan. 2024

MOURA, Romário Dias; OLIVEIRA, MD de. Tendência pedagógica tecnicista e sua relação com o currículo do novo ensino médio regular. **Anais VII CONEDU-Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69590>. Acesso em 26 ago. 2024.

MUSTO, Marcello. Quando Marx traduziu “O Capital” para o francês. **Blog Boitempo**. [S. l.], 17 set. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/09/17/quando-marx-traduziu-o-capital-para-o-frances/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisando a história do ensino de sociologia na educação básica. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 35, n. 02, p. 179-189, dez. 2013. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S217852012013000200005&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S217852012013000200005&script=sci_abstract&tlng=en)>. Acesso em 29 ago. 2024.

PATTO, Maria Helena. "Escolas cheias, cadeias vazias": nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10278> . Acesso em 15 jan. 2024.

RAMOS, Kelly Lídia Nascimento. **O projeto dos colégios-modelo no programa de expansão e melhoria do ensino médio na Bahia**: nuances da trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares (1994-2019). 83f. Monografia (Licenciatura em pedagogia) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador. 2023.

SANTOS, C. C. dos; ECAR, A. L. O uso dos livros didáticos no Ensino Médio Técnico no contexto pandêmico. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5214>. Acesso em 26 ago. 2024.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O Processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545> . Acesso em 23 ago. 2024.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A.C. **Coleção Explorando o Ensino**. v. 15. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e271803, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JFWYthKGr3PzwN7QsqhfMqs/>. Acesso em 29 ago. 2024.

SILVA, Paulo João da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. p. 1300-1309.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo, Libertade, 1995.

ZITKOSKI, Jaime José; LEMES, Raquel Karpinski. O Tema Gerador Segundo Freire: base para a interdisciplinaridade. **IX Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire**: Utopia, Esperança e Humanização, p. 1-10, 2015.

**Recebido em:** 30 de maio de 2024.

**Aceito em:** 30 de agosto de 2024.

#### **COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO**

RÊGO, Carolina; SILVA, Geovana da; MENEZES, Maria Luíza. Processo de esvaziamento do currículo da Sociologia: novo ensino médio, neoliberalismo e livro didático. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, v.8, n. 1, p.54-76, 2024.